

Clipping Diário

TJPI



01.07.2017



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O DIA	01.07.2017	04	ARIMATÉIA AZEVÊDO

Cautela na subconcessão

Já se tem como certa que a cautela da empresa Aegea em assumir a subconcessão encontra explicação na decisão proferida recentemente pela ministra Carmem Lúcia envolvendo o TCE do Ceará. Ou seja, apesar de a ministra ter exigido maiores informações do Tribunal de Contas do Piauí para poder decidir no mérito a questão da subconcessão dos serviços da Agespisa, há um caso similar bem ali no Ceará. E este estaria pesando mais nessa questão do Piauí. O Tribunal de Contas do Ceará tinha suspenso licitação determinando a entrega de novas propostas, mas o judiciário de lá proferiu decisão impedindo-o de cumprir sua função. O TCE cearense recorreu ao STF pedindo a suspensão da decisão do Tribunal de Justiça levando a presidente do Supremo, Carmem Lúcia, amparada em robusto parecer do procurador geral da República Rodrigo Janot, a restabelecer a ordem das coisas deferindo liminar para o TCE do Ceará. Aqui, como se disse ontem, parece que os dirigentes da Aegea resolveram pisar no freio em relação ao contrato que estava na pauta para ser assinado, uma vez que, além da questão judicial, pesou na decisão a posição do governo estadual de suspender as rescisões dos empregados, ou, mais precisamente, suspender as tratativas para adesão deles a um programa de desligamento voluntário. A partir daí haveria a assinatura do contrato e a consequente autorização de serviço ficando a Aegea com a obrigação de liberar o valor da outorga, quase R\$ 200 milhões e assumindo por conseguinte o controle do sistema. Nada disso ocorreu e, ao que parece, vai depender do que for desenrolado no âmbito do Poder Judiciário. Quando, não se sabe.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
CIDADE VERDE	01.07.2017	-	NOTÍCIAS

Namorada de Policial morto admite a juiz relação amorosa com mandante do crime

Ao falar por quase 1 hora, Maria Ocionira Barbosa, namorada do policial do Bope - morto ano passado - admitiu nesta sexta-feira (30) perante o juiz que tinha um relacionamento amoroso com Leonardo Ferreira Lima, apontado como mandante no crime do PM.

[Claudemir de Paula Sousa, 33 anos, foi morto quando saía de uma academia no bairro Saci, em Teresina.](#) Nove pessoas foram indiciadas pelo crime. Entre eles, Maria Ocionira Barbosa, que era namorada de Claudemir e foi denunciada como coautora no assassinato. Em depoimento hoje, na frente do juiz Antônio Noleto, ela revelou que mantinha um relacionamento amoroso com Leonardo e que o romance teve início quando o cabo do Bope foi fazer treinamento na Força Nacional.

"Ela (Ocionira) foi questionada pelo juiz se mantinha relacionamento com Leonardo e ela afirmou que estava iniciando uma relação amorosa com ele e no retorno de Claudemir a Teresina pensava em reatar com o policial", informou o advogado da família.

Em seguida, o magistrado perguntou se o cabo do Bope tinha pedido ela em casamento. Ela afirmou positivamente e disse que o pedido foi feito no trabalho dela e pediu ao policial para conversarem depois.

Durante o interrogatório no Tribunal do Júri, Ocionira só respondeu as perguntas do juiz Antônio Noleto e do advogado de defesa. As perguntas do promotor Regis Marinho e do advogado auxiliar da acusação Tiago Vale, Ocionira se recusou a responder, permanecendo calada.

O advogado Tiago Vale fez vários questionamentos entre eles: "Leonardo sabia do relacionamento dela com Claudemir?", "Claudemir sabia da viagem que ela estava programando com Leonardo para o reveillon e para Europa?", "Se ela frequentava a casa de Claudemir", "Sobre o pedido de casamento". Em todas as perguntas Maria Ocionira, que era diretora do Areolino de Abreu, permaneceu em silêncio.

Erro dela

Maria Ocionira admitiu que seu maior erro foi mentir no primeiro depoimento no Greco. No dia, ela negou ter um relacionamento com Leonardo Ferreira. Hoje, ela informou ao juiz que mentiu para evitar constrangimento em caso de ter a vida dela exposta.

Ela negou participação no crime, chorou durante depoimento ao lembrar que perdeu a formatura de um dos filhos em medicina.

Ao falar perante o juiz, Leonardo também negou participação e disse que não conhecia o policial do Bope. Ele, porém admitiu conhecer o Beto Jamaica, o taxista, que é dito no inquérito como o agenciador para o crime.

Um desencontro de informação entre Ocionira e Leonardo foi sobre a passagem aérea que os dois compraram para viagem fora do País. Leonardo disse que pagou apenas uma parte e Ocionira iria pagar o restante do bilhete aéreo. Ela disse que só tomou conhecimento da viagem depois que Leonardo efetuou o pagamento.

Durante todo o dia de hoje, o Tribunal do Júri ouviu os envolvidos no crime do policial do Bope.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
PORTAL AZ	01.07.2017	-	ARIMATÉIA AZEVEDO

Cautela na subconcessão

Já se tem como certa que a cautela da empresa Aegea em assumir a subconcessão encontra explicação na decisão proferida recentemente pela ministra Carmem Lúcia envolvendo o TCE do Ceará. Ou seja, apesar de a ministra ter exigido maiores informações do Tribunal de Contas do Piauí para poder decidir no mérito a questão da subconcessão dos serviços da Agespisa, há um caso similar bem ali no Ceará. E este estaria pesando mais nessa questão do Piauí. O Tribunal de Contas do Ceará tinha suspenso licitação determinando a entrega de novas propostas, mas o judiciário de lá proferiu decisão impedindo-o de cumprir sua função. O TCE cearense recorreu ao STF pedindo a suspensão da decisão do Tribunal de Justiça levando a presidente do Supremo, Carmem Lúcia, amparada em robusto parecer do procurador geral da República Rodrigo Janot, a restabelecer a ordem das coisas deferindo liminar para o TCE do Ceará. Aqui, como se disse ontem, parece que os dirigentes da Aegea resolveram pisar no freio em relação ao contrato que estava na pauta para ser assinado, uma vez que, além da questão judicial, pesou na decisão a posição do governo estadual de suspender as rescisões dos empregados, ou, mais precisamente, suspender as tratativas para adesão deles a um programa de desligamento voluntário. A partir daí haveria a assinatura do contrato e a consequente autorização de serviço ficando a Aegea com a obrigação de liberar o valor da outorga, quase R\$ 200 milhões e assumindo por conseguinte o controle do sistema. Nada disso ocorreu e, ao que parece, vai depender do que for desenrolado no âmbito do Poder Judiciário. Quando, não se sabe.